

Empreiteiros ajudam esquerdas a barrar proposta do 'Centrão'

BRASÍLIA — O forte lobby formado por pequenos e médios empresários aliados a grandes empreiteiros foi uma das causas, na opinião do deputado Expedito Machado (PMDB-CE), da derrota imposta pelas esquerdas e a liderança do PMDB ao *Centrão*, na votação do capítulo da Ordem Econômica da futura Constituição. Expedito explicou que no *Centrão* há empresários que não querem a abertura da economia porque temem a concorrência das multinacionais. "Os grandes grupos empresariais estão preparados para enfrentar as multinacionais em igualdade de condições, mas os menores têm medo de ser engolidos pela concorrência externa". Por isso, o *Centrão* perdeu votos no plenário, na avaliação de Expedito, que é um dos principais articuladores desse grupo parlamentar.

Os empreiteiros, segundo Expedito, se aliaram aos parlamentares nacionalistas, porque este setor, hoje totalmente nas mãos dos brasileiros, teria que enfrentar poderosas construtoras multinacionais que há anos tentam entrar no Brasil. Um dos principais organizadores do *Centrão*, o deputado Basílio Villani (PMDB-PR), confirma isso: "Acho que houve interferência de última hora das grandes empreiteiras no processo de votação da Constituinte".

A falta de coordenação entre as lideranças foi outra razão apontada por Expedito Machado para o fracasso dos conservadores. "Uma parte da liderança acreditava que o acordo estava praticamente fechado quando, momentos antes da votação, soubermos que teríamos que ir para o confronto. Aquela altura não havia mais tempo para trabalhar votos", disse o deputado.

"Traição" — Os principais líde-

res do *Centrão* preferem atribuir a derrota à traição de 71 constituintes que sempre votaram com o grupo. Ontem, 50 deles votaram contra e 21 se abstiveram. O *Centrão* contava também com o voto de 25 dos 43 parlamentares ausentes. Segundo os números do deputado Basílio Villani, coordenador e responsável pelas estatísticas, o *Centrão* teria, caso os 559 constituintes votassem, 305 votos favoráveis. "Se descontássemos os faltosos, ou seja, 25, teríamos os 280 votos necessários. Mas atingimos apenas 210, entre 516 presentes."

Ao analisar a lista de votação, a primeira surpresa foi causada pelos que se abstiveram. O deputado previa só seis abstenções: Ulysses Guimarães (PMDB-SP), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Heráclito Fortes (PMDB-PI), Luís Viana (PMDB-BA), Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) e Alcení Guerra (PFL-PR). Entre os 21 que se abstiveram, estão os deputados Gastone Righi (PTB-SP), Chagas Rodrigues (PMDB-PI), Manoel Castro (PFL-BA) e José Maria Eymael (PDC-SP). A maior surpresa, no entanto, ficou por conta dos que votaram contra a emenda. "Foram 50 votos que tínhamos como certos", disse Villani, "porque até agora eram sempre a favor das nossas teses."

Minucioso — Na lista dos 50 nomes que, segundo Villani, traíram o *Centrão*, estão os dos deputados Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG), Aloysio Teixeira (PMDB-RJ), César Cals Neto (PDS-CE), Fernando Velasco (PMDB-PA), Francisco Amaral (PMDB-SP), Francisco Salles (PMDB-RJ), Gerson Camata (PMDB-ES), Gustavo de Farias, (PMDB-RJ) Hélio Rosas, (PMDB-SP) Jofran Frejat (PFL-DF), Márcia Kubits-

chek (PMDB-DF) e Marcondes Gadelha (PFL-PB), entre outros.

O levantamento de Villani é minucioso, feito por bancada. Assim, na bancada do Acre, por exemplo, que tem 11 votos, oito eram tidos como certos para o *Centrão*. Mas, dos oito, apenas cinco se confirmaram. Um deputado, Francisco Diógenes, não apareceu, e dois, Geraldo Fleming e Maria Lúcia se abstiveram.

Na bancada do Rio de Janeiro, de 49 parlamentares, entre deputados e senadores, o grupo contava com 24 votos. Recebeu 13. Oito parlamentares votaram contra, e registraram-se duas ausências e uma abstenção. Com o levantamento nas mãos, Basílio Villani disse ser impossível reverter a tendência pró-Sistematização. Isso porque, dos 43 ausentes ontem, 18 votam contra o *Centrão*, somados aos 279 votos dados ao texto da Sistematização, não há dúvida de que a proposta do grupo será rejeitada. Além disso, disse o deputado, "a tendência é que o voto a favor da Sistematização cresça, porque quem esteve ausente ou se absteve ontem deve acompanhar a corrente vencedora".

Aquinhoadado com vários e bons postos na administração, o deputado Aécio Neves (PMDB-MG) entrou na "lista da traição". Dela também constam os nomes dos 26 evangélicos que já negociaram com ministros o apoio ao governo na Constituinte, como, por exemplo, o deputado Antônio de Jesus (PMDB-GO). Alguns constituintes da relação vinham fielmente obedecendo à orientação dos líderes governistas, mas desde ontem deixaram de ser voto certo. Os nomes: Edme Tavares (PDC-SP), Jofran Frejat (PFL-DF), Maluly Netto (PFL-SP), José Maria Eymael (PDC-SP), e Odacir Soares (PFL-RO). No total, o governo perdeu 71 votos.

O 'Centrão' preferiu ser derrotado

Na batalha mais decisiva da Constituinte, o *Centrão* foi derrotado por um adversário que não dispunha de jatinhos de aluguel para captar votos desgarrados nos estados, que não teve a ajuda dos empresários em geral e que enfrentou a pressão de alguns ministros do governo — o poderoso instinto de sobrevivência política de boa parte de senadores e deputados. Foi ele o responsável pela rejeição da proposta do *Centrão* para o capítulo sobre a Ordem Econômica na futura Constituição.

Ele será, também, o responsável pelo acordo que se fará para aprovação do capítulo que hoje voltará a ser examinado pelo plenário da Constituinte. Considerações à parte sobre as virtudes e os defeitos da proposta do *Centrão* e do projeto da Comissão de Sistematização, o que desenhava a votação de ontem foi a preocupação de uma fatia ponderável dos constituintes de encontrar uma alternativa que não os deixe mal nem com as ruas, nem com os que costumam financiar suas campanhas.

Aprovar a proposta do *Centrão* significaria correr o risco de ter o nome escrito em cartazes sob o título "Traidores do povo". Era o mínimo que a CUT e os sindicatos a ela

filiação prometiam fazer. Aprovar o texto da Comissão de Sistematização significaria se indispor com preciosas fontes que cobrem as despesas de parlamentares interessados em renovar o mandato ou em disputar outro. Nada melhor que apostar em um acordo que salve a face de todos e até imprima equilíbrio à nova Constituição.

É a saída mais conveniente e também a mais indicada para se fazer uma Constituição. Não prevaleceu ontem por teimosia, imprevidência e excesso de arrogância de um grupo de líderes do *Centrão*, que imaginou passar sobre seus adversários com uma motoniveladora. O grupo calculou mal seu verdadeiro poder de fogo. Imaginou reunir os 280 votos para aprovação do texto básico e negociar mais tarde, de uma posição de força, os pontos mais polêmicos.

Novamente deu-se mal. A votação do artigo sobre a definição de propriedade privada já sugerira o caminho do acordo como o único possível de ser percorrido pelos articuladores do *Centrão*. Nada melhor do que aquele artigo para que o grupo restabelecesse a maioria de votos que exibiu no episódio da reforma do regimento interno da Constituinte. O *Centrão* foi derrotado, como se viu. Perdeu, ali, ao fazer a opção preferencial pelo confronto. Agora, escolheu de novo ser derrotado.

Não foi por falta de opção. Estava praticamente pronto o acordo entre com a liderança do PMDB na Constituinte em torno dos pontos mais polêmicos do capítulo da Ordem Econômica. O acordo tinha como base o texto do *Centrão*. Foi jogado fora às vésperas da votação de ontem. Será recuperado — mas quem negociará em posição confortável será o senador

Mário Covas, que liderou os votos que sepultaram a proposta original.

À procura de Serra

Faltou o voto do deputado José Serra (PMDB-SP) para que o texto do *Centrão* sobre a Ordem Econômica fosse riscado, de vez, do calendário de deliberações da Constituinte. Na semana passada, concluída a votação do capítulo tributário da futura Constituição, Serra comunicou a seus assessores que iria sumir. Não queria votar o capítulo da Ordem Econômica porque achava melhor o texto proposto pelo *Centrão* mas não tinha condições políticas de ajudar sua aprovação. Se presente, votaria contra. Por um único voto, o texto não foi para a lata do lixo.

Razões de voto

O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) votou a favor do texto do *Centrão* sobre a Ordem Econômica "porque isso favorecerá à confecção, mais tarde, de um acordo com a liderança do PMDB no caso dos pontos mais polêmicos". Com o mesmo objetivo, o deputado Jaime Santana (PFL-MA) votou contra o texto. Porque desejam o acordo, os deputados Alcení Guerra (PFL-PR) e Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) se abstiveram de votar. O deputado Otomar Pinto (PTB-RO), que ontem votou com o *Centrão*, anunciou que hoje votará contra. Pinto também é adepto do acordo.

Ricardo Noblat

Intransigência causou derrota

Quinze minutos antes da votação, um dos principais articuladores do *Centrão*, o deputado pernambucano Ricardo Fiúza (PFL), estava confiante na vitória: "Armamos o maracatu e vamos botá-lo na rua para dançar. O que pretendemos é ganhar agora para negociar a partir de uma posição de força, com o adversário tonto".

Quando o painel eletrônico mostrou o resultado, quem ficou tonto foi o grupo conservador. Do outro lado do plenário, aos gritos de "Brasil, Brasil", como se estivesse comemorando uma vitória na final da Copa do Mundo, a esquerda e a liderança do PMDB recuperaram a alegria perdida desde o dia que a Constituinte aprovou o mandato de cinco anos para os futuros presidentes, por inspiração do Palácio do Planalto.

"Que demonstração lamentável demos com essa votação", lamentou um dos líderes do *Centrão*, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG). "O Brasil é mesmo um país cartorial. Quando o mundo todo se abre para o capital estrangeiro, nós nos fechamos", desabafou, a seu lado, o senador Roberto Campos (PDS-MT), primeiro ministro do Planejamento dos governos militares.

O deputado Afif Domingos (PL-SP), favorável à negociação com o PMDB mas derrotado pelo setor mais intransigente do grupo, gritou da quinta fila para o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), outro que tentou evitar o confronto: "Eu não disse que íamos nos dar mal com esse negócio de confronto?"

Tática errada — Num canto, o deputado José Geraldo (PMDB-MG), um dos negociadores do grupo desautori-

zados anteontem pelos intransigentes, era só irritação. "A votação confirmou uma coisa que só não foi lembrada pelos que têm memória curta: até hoje, tudo aqui dentro foi resolvido pelo entendimento", disse.

"Os acordos eram bons, foi uma burrice cair no radicalismo, como queria o José Lourenço", disse Rubem Medina (PFL-RJ). "Há uns 40 ou 50 votos conscientes, de gente que não concorda com nenhum dos textos e aposta no buraco negro para que haja negociação", declarou Delfim Netto (PDS-SP), que mesmo assim votou no texto do *Centrão*.

O senador Roberto Campos culpou o PTB, que se absteve, e o grupo evangélico, que votou contra. "Os evangélicos votaram do lado de lá, acho que por uma questão de lirismo, diante da necessidade de valorizar mais o trabalho do que o capital", explicou, referindo-se a um dos argumentos usados por Covas da tribuna.

No fundo do plenário, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) deu uma explicação bem diferente para a derrota: a ação do empresariado nacional. "Não dá para enfrentar todo mundo junto: a liderança do PMDB, os big shots da indústria nacional, como Antônio Ermírio de Moraes, os grandes empreiteiros, o pessoal da informática, da química fina, da indústria farmacêutica e por aí vai. Uniram-se todos por uma razão muito simples: ninguém quer concorrência", disse. Entre as dezenas de votos perdidos na última hora pelo *Centrão* estão os de muitos constituintes vinculados às grandes empreiteiras.

Editorial Brincando com Fogo

Brasília — Gilberto Alves



Fiúza (E) e José Lourenço

Deputado acha viciado setor de distribuição

O deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) disse que a Constituinte "não pode ceder aos lobbies organizados" na questão da distribuição dos combustíveis depois da aprovação da emenda do deputado Francisco Santana (PCB-BA) na Sistematização. "Resolvi estudar o assunto e fiquei impressionado", acrescentou. "A Constituinte não pode se omitir diante do tema. Ela tem de indicar para o Congresso Nacional a necessidade de aprovar lei desregulamentando o setor".

Depois de estudar a legislação existente, conversar com executivos do Conselho Nacional de Petróleo e debater com representantes de vários segmentos, Ronaldo César Coelho tornou-se um adversário feroz do atual sistema. "Está tudo viciado", resume. Ele critica o método de distribuição das licenças para funcionamento dos postos pelo CNP, que muitas vezes obedece a critérios políticos e não leva em conta os interesses da população.

Ronaldo César aponta outro problema no atual sistema: a rigidez nos preços cobrados ao consumidor. "É preciso abrir o setor para a competitividade. O que eu quero é preço variado na ponta do sistema, no posto", diz, lembrando que é assim nos Estados Unidos e na maioria dos países europeus. Os deputados Lúcio Alcântara (PFL-CE), Humberto Souto (PFL-MG), Adroaldo Streck (PDT-RS), Euclides Scalco (PMDB-PR) e Mauro Campos (PMDB-MG) estão tentando

produzir uma fusão de emendas capaz de enfrentar o *Centrão* em plenário.

As empresas estrangeiras distribuidoras de combustíveis — como a Shell, a Esso, Atlantic —, que sustentaram nos últimos meses uma campanha contra a nacionalização, não contavam com a ação dos transportadores e revendedores retalhistas de derivados de petróleo — os TRR, como são conhecidos. Os TRR ficaram a princípio do lado das distribuidoras, mas pouco depois resolveram defender seus interesses próprios. Geralmente médios empresários nacionais, são

responsáveis por um quarto da distribuição de óleo diesel e do óleo combustível a domicílio no país, entregando-os em fazendas, pequenas fábricas, hotéis e estabelecimentos comerciais. Os outros três quartos, consumidos por grandes indústrias, empreiteiras e empresas agrícolas, são entregues diretamente pelas empresas distribuidoras.

Os retalhistas querem ficar com a totalidade do setor de vendas a domicílio, da mesma forma que os postos concentram todo o comércio de combustíveis para veículos automotores. Ou seja, desejam fazer com que as distribuidoras fiquem só com os derivados de petróleo, sem participar da venda direta ao consumidor. Os TRR armaram um lobby atuante e poderoso, e conseguiram que o deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) patrocinasse uma emenda defendendo seus interesses.

Discussão sobre empresa nacional mobiliza militar

BRASÍLIA — Os impasses na Constituinte sobre a definição do que é ou não empresa nacional, e a quem devem ser entregues os alvarás para exploração do subsolo, ajudaram a reavivar a chama do extinto Comando Centelha, organização para-militar surgida em 1968, em Salvador, e que hoje reúne oficiais da reserva e da ativa, com formação nacionalista, espalhados por todo o Brasil.

O comando tem seus principais núcleos entre oficiais de São Paulo e do Rio de Janeiro, e já está sendo impresso, numa gráfica do bairro carioca da Pavuna, o jornal *A Centelha*, que em maio começará a ser distribuído nos quartéis de todo o país.

O Conselho de Segurança Nacional pode não ter tomado posição no debate em torno da definição de empresa nacional na Constituinte, mas o assessor parlamentar do ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, professor Afonso Ligorí, já tem opinião a respeito da proposta do *Centrão* sobre o assunto. Segundo ele, trata-se do "escancaramento" do capital estrangeiro. A opinião de Ligorí foi emitida durante encontro de deputados da Frente Parlamentar Nacionalista com o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, brigadeiro Paulo Roberto Camarinha. Segundo o chefe do Gabinete Militar e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, o órgão não apóia nenhuma emenda referente à Ordem Econômica no projeto de Constituição.